



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2023056397 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando reserva orçamentária para pagamento de honorários em favor de ALISSON BARRETO FERNANDES, para realização de perícia no processo n. 0807275-58.2022.8.15.0371, movido por CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA, em face de JOSE SEVERINO DE SOUSA.

Data da Autuação: 04/04/2023

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: **0807275-58.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **21/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.112,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA (REQUERENTE)			
JOSE SEVERINO DE SOUSA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65033085	21/10/2022 12:31	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
69895198	06/03/2023 12:19	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
71363500	04/04/2023 08:58	<a href="#">Ofício (Outros)</a>	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0807275-58.2022.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 21 de outubro de 2022.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 06/03/2023 12:19:16  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030612191594900000065960544>  
Número do documento: 23030612191594900000065960544

Num. 69895198 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2023056397, nos termos da Lei 11.419. ADME.41760.16601.60861.00691-6  
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 04/04/2023 09:17

**3ª Vara Mista de Sousa**  
**Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725**  
**SOUSA**  
**( )**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Ao(s) seis dia(s) do mês de março do ano dois mil e vinte e três (06/03/2023), às 11h20min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente/conectado se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº **0807275-58.2022.8.15.0371**, ajuizada por **CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA** em face de **JOSE SEVERINO DE SOUSA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s) o(a) Dr(a). SANDREMARY VIEIRA DE MELO AGRA DUARTE, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Rosa Maria Elias Silva, Defensora Pública, OAB/PB 1.836, e o(a)(s) interditando(a)(s). Ausente(s)/desconectado(a)(s):** membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência virtual, pelo MM Juiz foi dito:** A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária não comparece ao ato em virtude de se encontrar no exercício de outras atribuições institucionais. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a), pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito: A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) não interagiu com o magistrado, não havendo como identificar falta/redução de discernimento. **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Marta Lúcia Vieira Formiga de Sena, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. Superada esta fase, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requisite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais**



havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Renata Nobre de Andrade, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

### 1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID 69895198, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id 65033085.

#### 1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0807275-58.2022.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3ª VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA**, CPF/CNPJ: **CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA(048.465.134-08)**;

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: JOSE SEVERINO DE SOUSA**, CPF/CNPJ: **067.130.104-74**

1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( **x** ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento ( **X** ) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

## **1.2 DOS DADOS DO PERITO**

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, Nº 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

## **1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:**





1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 4 de abril de 2023

<p>LUCAS DE OLIVEIRA BATISTA Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica</p>	<p>Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica</p>
---	---





**PODER JUDICIARIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA**  
**GERENCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Processo Administrativo 2023.056.397**

Antes de dar prosseguimento ao feito retornem-se os presentes autos a DIESP para as providencias que se fizerem necessárias.

João Pessoa, 14 de abril de 2023

**Erivalda Rodrigues Duarte**  
**Gerente de Programação Orçamentaria**





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2023.056.397

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Trata-se de pedido de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para pagamento do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, nascido em 23/06/1982, CBO 2251-25, para realização de perícia nos autos do processo nº. 0807275-58.2022.8.15.0371, movido por CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA, CPF 048.465.134-08, em face do JOSÉ SEVERINO DE SOUSA, CPF 067.130.104-74, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2011, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os processos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e

segundo graus.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC, para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para pagamento do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, nascido em 23/06/1982, CBO 2251-25, para realização de perícia nos autos do processo nº. 0807275-58.2022.8.15.0371, movido por CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA, CPF 048.465.134-08, em face do JOSÉ SEVERINO DE SOUSA, CPF 067.130.104-74, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 abril de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



19/04/2023

Número: **0807275-58.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **21/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.112,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA (REQUERENTE)			
JOSE SEVERINO DE SOUSA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72057590	19/04/2023 10:25	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.056.397 - referente a requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para pagamento do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, nascido em 23/06/1982, CBO 2251-25 , para realização de perícia nos autos do processo em referência

Robson Cananéa - Diretor Especial





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO: **2023.056.397**

Trata os presentes autos acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado, **Alisson Barreto Fernandes** – Perito, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho, determinada nos atos do processo nº **080727558.2022.8.15.0371**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

\*Reservas n.º 421 e 422

GEORC, em João Pessoa, 24 de Abril de 2023

**Erivalda Rodrigues Duarte**  
*Gerente*





Número: **0807275-58.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **21/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.112,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA (REQUERENTE)			
JOSE SEVERINO DE SOUSA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76178399	17/07/2023 11:55	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
76178408	17/07/2023 11:55	<a href="#">0807275-58.2022-TERMO E LAUDO MÉDICO</a>	Laudo Pericial



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**3ª Vara Mista de Sousa**

PROCESSO Nº 0807275-58.2022.8.15.0371

INTERDIÇÃO (58)  
[Nomeação]

REQUERENTE: CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA  
REQUERIDO: JOSE SEVERINO DE SOUSA

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

3ª Vara Mista de Sousa-Pb, 17 de julho de 2023.

MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS

Chefe de Cartório





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
3ª Vara Mista de Sousa

Recebido em  
17/07/23 com o  
laudo

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0807275-58.2022.8.15.0371

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três(02/06/2023), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Bernardo Antonio da Silva Lacerda, Juiz de Direito da 3ª Vara, comigo Técnico Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) **Dr. Alisson Barreto Fernandes**, CRM: 7218, exercendo atividades nesta Comarca, a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0807275-58.2022.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) **JOSE SEVERINO DE SOUSA**. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Lucas de Oliveira Batista, Técnico Judiciário, digitei-o e subscrevo.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito

Alisson Barreto Fernandes  
Médico-Psiquiatra  
CRM: 7218/PB RQE 6533  
Membro Titular da Associação de psiquiatras

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 02/06/2023 09:52:03  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060209520330400000069947776>  
Número do documento: 23060209520330400000069947776

Num. 74221444 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 17/07/2023 11:55:50  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071711555003500000071756733>  
Número do documento: 23071711555003500000071756733

Num. 76178408 - Pág. 1

Documento 6 página 3 assinado, do processo nº 2023056397, nos termos da Lei 11.419. ADME.21137.79861.85827.41781-0  
Manuella Pimenta da Cunha [026.741.354-84] em 19/07/2023 10:20



05/06/2023

Número: 0807275-58.2022.8.15.0371

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74221444	02/06/2023 09:52	Termo de Compromisso	Termo de Compromisso

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 17/07/2023 11:55:50



PROCESSO Nº 0807275-58.2022.8.15.0371

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA

INTERDITANDO(A): JOSE SEVERINO DE SOUSA

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

MÉDICO NOMEADO: DR.

26: 2068467  
SSP/PB

### QUESITOS

INTERDITANDO(A):

JOSE SEVERINO DE SOUSA

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R:

PREJUDICADO, há sinais de doença  
NEUROLÓGICA, mas não apresenta laudo  
NE — EXAME USUÁRIO O DIAGNÓSTICO  
E — ÚLTIMO.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

PREJUDICADO

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

PREJUDICADO

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

PREJUDICADO

Alisson Barreto Fernandes  
Médico-Psiquiatra  
CRM: 7218/PB RQE 6533  
Membro Titular da Associação de psiquiatras



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 02/06/2023 09:52:03  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060209520330400000069947776>  
Número do documento: 23060209520330400000069947776

Num. 74221444 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 17/07/2023 11:55:50  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071711555003500000071756733>  
Número do documento: 23071711555003500000071756733

Num. 76178408 - Pág. 3

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: Prejuízo.

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: Prejuízo.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: Prejuízo

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

Sousa, 300623

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Alisson Barreto Fernandes  
Médico-Psiquiatra  
CRM 72181/PB RQE 6533  
Membro Titular da Associação de psiquiatras

há sinais de comprometimento  
neurológico grave,  
porém não apresentava  
lado peritumoral, no  
lado do núcleo arcaico,  
não apresentava nenhum  
(nenhum) exame.  
Jusiro que a peritumoral  
já se encontra.



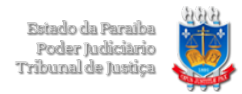
Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 02/06/2023 09:52:03  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060209520330400000069947776>  
Número do documento: 23060209520330400000069947776

Num. 74221444 - Pág. :



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 17/07/2023 11:55:50  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071711555003500000071756733>  
Número do documento: 23071711555003500000071756733

Num. 76178408 - Pág. 4



Página Inicial ▶ Peritos  
(/sighop/index.jsf)

## Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: \*

ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: \*

23/06/1982

Sexo: \*

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: \*

046.443.074-75

Identidade: \*

2648967

Órgão: \*

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: \*

21290632482

Tipo: \*

PIS/PASEP

Escolaridade: \*

Pós-graduação

Nome da mãe: \*

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: \*

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: \*

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: \*

Pombal

Profissão \*

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<input type="text"/> <input type="text"/>

Adicionar profissão

Endereço \*

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado \*

Paraíba (PB)

Município / Localidade \*

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro \*

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número \* ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios \*

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<input type="text"/>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: \*

Banco do Brasil S.A.

Agência: \*

05215

Conta: \*

643335

Tipo conta: \*

Corrente

Gravar cadastro





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2023.056.397

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Trata-se de pedido de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de perícia realizada pelo Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, nos autos da Ação 0807275-58.2022.8.15.0371, movida por CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA, CPF 048.465.134-08, em face de JOSE SEVERINO DE SOUSA, CPF 067.130.104-74, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária, pela Gerência de Programação Orçamentária – fl. 16 – foi trazido para os presentes autos o laudo pericial de fls. 21/22.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes se encontra em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de

perícia realizada pelo Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, nos autos da Ação 0807275-58.2022.8.15.0371, movida por CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA, CPF 048.465.134-08, em face de JOSE SEVERINO DE SOUSA, CPF 067.130.104-74, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico [diesp.@tjpb.jus.br](mailto:diesp.@tjpb.jus.br), para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



19/07/2023

Número: **0807275-58.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **21/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.112,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELIA MARIA ALEXANDRE DE SOUSA (REQUERENTE)			
JOSE SEVERINO DE SOUSA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76324 637	19/07/2023 14:31	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.056.397 - referente ao pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de perícia realizada pelo Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

